

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Outubro 2018

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
CORREIOS



**VOCÊ VAI DEIXAR
ISSO ACONTECER?**

DESMONTE
DO ESTADO
E DOS
DIREITOS
SOCIAIS

**NÃO VOTE EM CANDIDATOS
QUE VOTAM CONTRA VOCÊ**

O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato
dos Bancários de Pelotas e Região
outubro/2018

Editorial

As eleições deste ano são decisivas para o futuro dos bancos públicos e, consequentemente, para a economia brasileira, uma vez que são os principais instrumentos de promoção do desenvolvimento social e econômico em nosso país. Candidatos à presidência defensores da “redução do Estado” e, portanto, incentivadores de uma menor participação do governo na economia de mercado, já falam abertamente em privatizações. Na mira estão não apenas o BB e a Caixa, mas, também, o Banrisul. O que tais candidatos não dizem é que essa medida pode levar ao enfraquecimento do mercado interno, pois a lógica que os constitui é marcada apenas pela redução dos custos e o aumento do lucro. É legítimo que tenham essa postura, mas é preciso equilibrar a conta. E são justamente os bancos públicos que podem fazer isso, porque, além de buscarem o lucro e serem úteis para os seus correntistas, têm interesse em participar de atividades e setores econômicos que os bancos privados não se interessam. A defesa dos bancos públicos não é uma postura corporativa, mas uma questão de interesse coletivo e de soberania nacional. São eles que financiam grandes obras de infraestrutura, no país, além de viabilizar a implementação de políticas públicas e programas sociais como o Minha Casa Minha Vida. Quando você vota em candidato que acha que o setor privado deve resolver todos os problemas econômicos do nosso país você vota contra os seus próprios interesses. Vota contra a categoria. Somos todos responsáveis por alavancar o crescimento do país, mas de modo a nos responsabilizarmos pela viabilidade de medidas que possam combater o desemprego, o déficit habitacional, o acesso à universidade e tantas outras medidas que levem à inclusão social e não ao aumento da desigualdade social.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas
e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

O caso da advogada negra algemada não é um episódio isolado

Por Almir Aguiar

Vivemos tempos de ativismo judicial, em que magistrados atentam contra o estado democrático de direito, rasgam direitos constitucionais fundamentais e desprezam os princípios da imparcialidade e da presunção de inocência. Cada dia mais, a imagem do Judiciário no Brasil é diluída e manchada, caindo em veloz processo de perda de credibilidade, junto à opinião pública nacional e estrangeira.

Mais uma mancha aprofunda a crise ética deste poder. O tratamento dado pela juíza leiga Ethel de Vasconcelos, de negar o pleno exercício da advogada Valéria Santos, no Fórum de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, por si só, revelaram uma postura arbitrária da magistrada, o que levou a advogada a lutar por seus direitos junto à OAB. Mas, as imagens que se seguem ao fato, após Valéria se negar a deixar a sessão, pelo “direito de ler a contestação em defesa de sua cliente”, trazem um recorte inegável de preconceito racial.

Colocada ao chão, algemada por um policial, a advogada negra não apenas viu o seu direito profissional ser cerceado, mas sofreu uma situação humilhante e vexaminosa, em uma cena que traz de volta a triste imagem de um Brasil escravocrata.

Como se não bastasse a banalização do uso de algemas pelo ativismo judicial e pela truculência de uma polícia que ainda traz como marca o arbítrio da ditadura, não hesito em afirmar que os policiais personificaram o papel do “capitão do mato” - que no Brasil do século XVI ao século XIX, era o escravo encarregado de vigiar e capturar seus irmãos negros que se rebelavam contra a escravidão e lutavam pela liberdade. É lamentável que em pleno século XXI, ainda assistimos a cenas que revelam o racismo, e o que é ainda pior, justamente no espaço que deveria

ser o da defesa dos direitos, mas que lamentavelmente, nos últimos anos, tem tido uma brutal inversão de seu papel social e histórico, tornando-se instrumento da retirada de direitos e de atentado contra a democracia.

Algemada, no chão, Valéria reagia, como seus ancestrais, por sua liberdade e, no caso presente, “pelo direito de trabalhar, como mulher e negra”, deixando claro que ela estava sendo vítima de racismo. No momento em que não são poucos os que comungam com ideais dos mais retrógrados, fazendo apologia do preconceito de gênero e de raça e evocando o retorno da ditadura militar, não podemos nos calar diante de mais este episódio, que trata-se de um crime de racismo, que, graças as lutas históricas da comunidade negra, é hoje inafiançável.

Como representante de uma entidade de tão importante categoria de trabalhadores, os bancários e bancárias, não posso aceitar que o episódio seja esquecido pelo tempo e pela construção imaginária do cotidiano operada pela mídia. O atentado contra o direito profissional da advogada e a violência contra uma mulher negra que no exercício de sua profissão, defendia os direitos de sua cliente, precisam ter a devida investigação e punição, em especial, a despeito do crime racial. O Brasil precisa virar esta página, que não é um caso isolado. A prática racista deste episódio se une a tantos outros princípios discriminatórios e arbitrários que tentam, neste momento da vida brasileira, se consolidar, pela legitimação das urnas, o que faz destas eleições uma das mais importantes para a história e para o futuro de nosso país. Os brasileiros e brasileiras, negros e brancos, precisam reagir, se indignar e dizer não a tudo isto. Mais do que nunca, temos de defender a liberdade, a democracia, a igualdade de oportunidades e o fim de toda a forma de discriminação.

Basta de racismo!

CHARGE



Até quando vamos endeusar a revolução farroupilha?



Por Juremir Machado da Silva*

Todo os anos eu me pergunto: até quando? Sim, até quando teremos de mentir ou omitir para não incomodar os poderosos individuais ou coletivos? Até quando teremos que tapar o sol com a peneira para não ferir as suscetibilidades dos que homenageiam anualmente uma “revolução” que desconhecem? Até quando teremos de aliviar as críticas para não ofender os que, por não terem estudado História, acreditam que os farroupilhas foram idealistas, abolicionistas e republicanos desde sempre? Até quando teremos de fazer de conta que há dúvidas consistentes sobre a terrível traição aos negros em Porongos? Até quando teremos de justificar o horror com o argumento simplório de que eram os valores da época? Valores da traição, do escravismo, da infâmia?

Até quando fingiremos não saber que outros líderes – La Fayette, Bolívar, Rivera – outros países – Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia – e outras rebeliões brasileiras – A Balaiada, no Maranhão, por exemplo – foram mais progressistas e, contrariando “valores” da época, ousaram ir aonde os farroupilhas não foram por impossibilidade ideológica? Até quando a mídia terá de adular o conservadorismo e a ignorância para fidelizar sua “audiência”?

Até quando deixaremos de falar que milhões de homens sempre souberam da infâmia da escravidão? Os escravos. Até quando minimizaremos o fato de que a Farroupilha, com seu lema de “liberdade, igualdade e humanidade”, vendeu negros para se financiar? Até quando deixaremos de enfatizar que os farrapos prometiam liberdade aos negros dos adversários, mas não libertaram os seus? Até quando daremos pouca importância ao fato de que a Constituição farroupilha não previa a libertação dos escravos? Até quan-

do deixaremos de contar em todas as escolas que Bento Gonçalves ao morrer, apenas dois anos depois do fim da guerra civil, deixou mais de 50 escravos aos seus herdeiros? Até quando?

Até quando?

Até quando adularemos os admiradores de um passado que não existiu somente porque as pessoas precisam de mitos e de razões para passar o tempo, reunir-se e vibrar em comum? Até quando os folcloristas sufocarão os historiadores? Até quando o mito falará mais alto do que a História? Até quando não se dirá nos jornais que os farroupilhas foram indenizados pelo Império com verbas secretas? Que brigaram pelo dinheiro? Que houve muita corrupção? Que Bento Gonçalves e Neto não eram republicanos quando começaram a rebelião? Que houve degola, sequestros, apropriação de bens alheios, execuções sumárias, saques, desvio de dinheiro, estupros, divisões internas por causa de tudo isso e processos judiciais?

Até quando, em nome de uma mitologia da identidade, teremos medo de desafiar os cultivadores da ilusão? Até quando historiadores como Décio Freitas, Mário Maestri, Sandra Pesavento, Tau Golin, Jorge Eusébio Assumpção, Spencer Leitman e tantos outros serão marginalizados? Até quando nossas crianças serão doutrina- das com cartilhas contando só meias verdades?

Até quando a rebelião dos proprietários será apresentada como uma revolução de todos? Até quando mentiremos para nós mesmos? Até quando precisaremos nos alimentar dessa ilusão?

Até quando viveremos assim?

* **Juremir Machado da Silva** é jornalista e publicou o livro História regional da infâmia, o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras.

CAIXA

Caixa deve lançar novo PDV em novembro



Passada a negociação coletiva e o pagamento da primeira parcela da PLR aos bancários, a direção da Caixa volta suas atenções para o lançamento de um novo Programa de Demissão Voluntária (PDV).

Esse novo modelo do programa deve ser lançado em meados de novembro. Isso porque a direção da Estatal aguarda o fechamento da LIPI (Licença para Interesse Pessoal Incentivada) previsto para acontecer em 31 de outubro e que terá reflexos com a saída de funcionários até janeiro de 2019. Só com esse cenário definido será possível estimar a quantidade de trabalhadores que

o banco deseja que deixem a empresa.

Até lá, o banco negocia com o Ministério da Fazenda e do Planejamento a autorização para fazê-lo.

PDE

Outra possibilidade que está sendo estudada pela cúpula da estatal é a reabertura do Programa de Desligamento do Empregado (PDE). Lançado em fevereiro, quase 1,3 mil bancários aderiram ao PDE. Esse número equivale a quase 50% da quantidade de trabalhadores que poderiam deixar a Caixa.

BANCO DO BRASIL

É preciso dizer NÃO à proposta que onera associados e transfere controle da Cassi para o BB

O Sindicato é contrário à decisão da diretoria e do Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), que aprovaram reforma estatutária e revisão do custeio que favorece o banco e prejudica os associados.

O Conselho da Cassi encaminhou a proposta ao

banco para levar à votação dos associados. O que foi aprovado só vale se mais de 50% dos associados votarem e 2/3 dos votantes aprovarem a proposta.

A Cassi não divulgou o que foi aprovado à revelia dos associados, mas os pontos principais são os seguintes:

- Criação do voto de minerva a favor do banco na Diretoria da Cassi;
- Banco pode vetar decisões do Conselho Deliberativo;
- Transferência para os indicados pelo banco de grande parte da gestão da atividade-fim da Cassi, reduzindo a representação dos associados;
- Aumento definitivo da contribuição dos associados para 4%, mantendo as contribuições do banco em 4,5%, quebrando a relação 60x40 entre BB e associados;
- Estabelecimento de cobrança por dependente de ativos, com contrapartida do BB;
- Estabelecimento de cobrança por dependente de aposentados, sem contrapartida do BB;
- Novos funcionários do BB não serão inscritos no atual plano de saúde da Cassi;
- Futuros aposentados vão pagar a Cassi sozinhos, sem contribuição patronal.

A proposta, que transfere o controle da Cassi para o banco, quebra a solidariedade, onera os associados, reduz as contribuições patronais e discrimina os novos funcionários, colocando o atual Plano de Associados em extinção.

Banco transforma **agências em PAs** e abre possibilidade de demissões em todo o país

O Bradesco está sendo monitorado de perto pelo Sindicato, após anunciar a incorporação de agências, transformadas em Postos de Atendimento (PAs), por todo o país. No total, 18 agências passarão a funcionar como PAs, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Dentre as agências que serão subordinadas a agências incorporadoras está a Agência Capão do Leão. Com a transferência do gerente, os quatro bancários que, hoje, estão atuando na localidade, serão transferidos para a agência do antigo HSBC, localizada no entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

“Ficaremos atentos se o banco irá cumprir com o que está dizendo e se os funcionários serão realocados na nova

agência com tranquilidade, uma vez que essa é uma política nacional da empresa”, alerta o dirigente sindical Sérgio Seus, que é, também, funcionário do Bradesco. Em outros estados, inclusive, o banco age, em silêncio, demitindo funcionários sumariamente.

A onda de demissões promovida pelo banco não se justifica. Com um lucro líquido de R\$ 10,263 bilhões, no 1º semestre de 2018, o Bradesco apresenta um crescimento de 9,7%, em relação ao mesmo período de 2017. Todas as demissões promovidas pela empresa, até o momento, tem se dirigido, justamente, aos funcionários mais antigos, com décadas de trabalhos prestados à empresa, ou de bancários oriundos do extinto banco HSBC.

SANTANDER

Acordo específico é assinado e mantém conquistas

Na última sexta-feira (14), o Sindicato assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do banco Santander, aditivo à Convenção Coletiva da categoria, que terá validade até 2020. Também foram assinados o acordo específico do Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS).

O Encontro Nacional dos bancários do Santander definiu que, neste ano, a prioridade seria a manutenção dos direitos. O objetivo foi alcançado.

Um dos avanços foi a inclusão de um termo de compromisso no qual o banco se compromete a conversar com o movimento sindical antes de implantar qualquer norma referendada na reforma trabalhista.

O ACT ainda mantém cláusulas importantes como as que tratam das Bolsas Auxílio Estudo para a primeira graduação e pós-graduação, licença não remunerada de até 30 dias por ano para acompanhamento de casos de saúde de parente de primeiro grau, licença adoção entre outras.

Os funcionários conquistaram, a título de remuneração variável, com o acordo do PPRS o aumento do piso a ser pago a todos os trabalhadores indistintamente. O novo valor agora passa a ser de R\$ 2.550,00, a ser pago junto com a segunda parcela da PLR. O aumento para esse valor foi também uma grande conquista da categoria, pois inicialmente o banco queria apenas aplicar o reajuste oferecido pela Fenaban.

ITAÚ

Crédito da 13ª cesta-alimentação fica para outubro



PLR e PCR foram pagos no dia 19 de setembro

O Itaú realizou o pagamento da PLR e do PCR (Programa Complementar de Resultados) no dia 20 de setembro. Já o crédito da 13ª cesta-alimentação, após pressão do Sindicato, ficou para este mês de outubro.

A parcela fixa da regra básica da PLR passou a R\$ 2.355,76 – lembrando que a esse montante é somado 90% do salário base –; e o teto da parcela adicional (distribuição linear de 2,2% do lucro líquido do banco) passa a R\$ 4.711,52.

Na antecipação, os bancários recebem 60% da regra básica, ou seja, 54% do salário + R\$ 1.413,46; e a parcela adicional: distribuição linear de 2,2% do lucro líquido do semestre, com teto de R\$ 2.355,76.

As mais de duas faces da mesma moeda privatista para o governo do estado

A continuidade do projeto privatista, em nosso estado, não passa apenas pela possibilidade de reeleição do atual governo. Os candidatos do PSDB e Novo apresentam discursos igualmente preocupantes para os banrisulenses, já que assumem ter a intenção de seguir pelo mesmo caminho do MDB. Alguns destes candidatos já falam, abertamente, que a privatização de empresas gaúchas, como a CEEE e o Banrisul, é uma questão de “prioridade”.

A crise financeira do Rio Grande do Sul tem sido utilizada como justificativa para a venda de um dos maiores patrimônios dos gaúchos. A preocupação dos trabalhadores do banco só não é maior do que a do conjunto da população riograndense. Hoje, os gaúchos contam com a segurança de ter um serviço bancário que, por ser altamente rentável, alcançando lucro recorde no último ano, possibilita o atendimento de setores da economia que os bancos privados não têm interesse, como no caso de correntistas de baixa renda.

Como a Constituição gaúcha exige plebiscito para que se possa viabilizar a privatização do banco, o principal meio de convencimento dos eleitores têm sido o uso de empresas de comunicação que sempre prestaram apoio às candidaturas dos partidos privatistas, como é o caso da RBS, uma das principais beneficiárias do patrocínio estatal em seus veículos de mídia. No ano passado, ao propalar a crise do estado, o governo Sartori se utilizou do horário mais caro do mercado publicitário para, contraditoriamente, tentar justificar que “não haveria mais dinheiro”, inclusive, para pagar os servidores públicos, mesmo autorizando um gasto de R\$ 3,5 milhões em campanha publicitária junto ao grupo de mídia da família Sirotsky.

Agindo de acordo com a mesma linha política adotada por Temer, à nível nacional, os candidatos que pregam o Estado mínimo, no Rio Grande do Sul, estão pegando carona na aprovação, por parte da Assembleia Legislativa gaúcha, à adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal, idealizado pelo governo federal. A medida, como já está sendo percebido, anula a redução da dívida, realizada no governo anterior, e aumenta esse montante, transferindo para a popu-



lação de baixa renda e os funcionários do banco o ônus da crise.

90 anos história

Atuando como banco público, desde 1928, o Banrisul sempre serviu aos interesses da parcela menos favorecida da população, cumprindo um importante papel social em nosso estado. Desde a sua fundação, o banco atua com crédito rural e hipotecário, realizando empréstimos a longo prazo, com juros mais garantia hipotecária.

Ao completar 90 anos, no dia 12 de setembro, o banco está com o seu futuro ameaçado e, junto a ele, o interesse de milhares de gaúchos. Em 1931, o Banrisul passou para a condição de arrecadador de tributos, logo após incorporar o Banco Pelotense. Ao longo da sua centenária história, o Banrisul passou a incorporar outras instituições públicas, consolidando-se como um dos principais patrimônios do Rio Grande do Sul.

No ano passado, o banco atingiu o maior resultado da sua história, um lucro líquido de R\$ 1,05 bilhão, graças a sua vocação para o fomento do desenvolvimento econômico do estado. Sua possível privatização não é apenas um retrocesso, é o sepultamento de uma história de luta do povo gaúcho, que se orgulha de ter autonomia em relação aos interesses corporativos da União e de países estrangeiros.

Presidenciáveis de direita falam em vender bancos públicos

Contrariando interesse da maioria da população, candidatos de partidos de direita defendem a privatização do BB, Caixa e Banrisul.

Não é novidade, mas é preciso estar atento. Mesmo que, segundo as últimas pesquisas de opinião, sete em cada dez brasileiros se oponha à venda de empresas estatais, os candidatos dos partidos de direita já falam abertamente sobre a intenção em privatizar não apenas a Petrobras, mas, também, os bancos e os correios. As duas últimas pesquisas, realizadas pelo Datafolha, apontam um percentual de quase 70% da população rechaçando a venda das empresas nacionais.

Os candidatos da direita brasileira estão em busca de captar os votos da fatia do eleitorado que, nos últimos anos, passou a associar os serviços públicos à corrupção.

A jogada de marketing político foi muito bem encomendada, nos anos que precederam as eleições de 2018, uma vez que os principais patrocinadores da grande mídia são justamente os bancos privados, possíveis compradores dos bancos públicos.

O discurso enganoso fala em “profissionalização de gestão”, já com a admissão, por parte dos candidatos, de que bancos como a Caixa e o BB estão sendo preparados para a venda, desde o ano passado, quando ocorreu o fechamento de agências e a realocação de funcionários, piorando o atendimento ao público e sobrecarregando os trabalhadores destas instituições. A ideia é encerrar o compromisso de bancos que sempre cumpriram uma função social junto à população mais carente, com a promoção de políticas de crédito capazes de beneficiar os mais carentes.



A “visão empreendedora” destes postulantes ao cargo mais alto da Nação foca na abertura de “novos mercados”, mantendo um discurso oportunista e eleitoreiro de que, com as mudanças de gestão e pessoal, no futuro, não estaria em risco a manutenção de programas como: Minha Casa Minha Vida, Fies e Bolsa Família.

A política de diminuição do Estado já tem dado mostras de que não é a melhor saída para a crise financeira do país, isso porque a retirada de direitos e precarização dos serviços públicos faz parte de um projeto que pretende, apenas, favorecer os interesses do sistema financeiro privado, cujas regras não incluem a fatia da população que necessita de empréstimos a longo prazo e com juros mais baixos para financiar a aquisição de uma casa própria ou mesmo ingressar no ensino superior, com real possibilidade de ascender socialmente.



Banrisul

90 PATRIMÔNIO
ANOS DOS GAÚCHOS

Nesta eleição, seu voto pode
definir o futuro do banco.